

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – MDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissão
- 4 – MANIFESTAÇÕES**
- 5 – PRONUNCIAMENTOS**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.069

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Mãe Ana – Acoma –, com sede no Município de Chapada Gaúcha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Mãe Ana – Acoma –, com sede no Município de Chapada Gaúcha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 21 de novembro de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.073

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida, com sede no Município de Mariana.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida, com sede no Município de Mariana.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 21 de novembro de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/11/2018

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 5.459 e 5.475 a 5.477/2018; Requerimentos nºs 11.653 a 11.661, 11.682, 11.684, 11.686 e 11.688 a 11.694/2018 – Comunicações: Comunicação da Comissão de Direitos Humanos – Oradores Inscritos: Discurso do deputado Sargento Rodrigues – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Arlete Magalhães – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cláudio do Mundo Novo – Cristiano Silveira – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Fred Costa – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Marília Campos – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Cláudio do Mundo Novo, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– A deputada Rosângela Reis, 1ª-secretária *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Da Sra. Adriana Branco Cerqueira, secretária municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.482/2017, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Evaldo Ferreira Vilela, presidente da Fapemig, encaminhando a prestação de contas dessa fundação relativa ao terceiro trimestre de 2018. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Leonardo Felipe Ferreira, secretário de Controle Externo do TCU no Estado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.323/2018, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 5.459/2018

Altera a Lei nº 12.972, de 27 de julho de 1998, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.972, de 27 de julho de 1998 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único - O atestado do cumprimento das exigências previstas nos incisos II, III e IV do caput deste artigo poderá ser firmado pelo Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, por Juiz de Direito, Promotor de Justiça, Defensor Público, Juiz de Paz, Prefeito, Presidente da Câmara Municipal, Delegado de Polícia, ou por seus substitutos legais, do Município ou da comarca em que a entidade for sediada".

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de novembro de 2018.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente (PSDB).

Justificação: O Projeto de Lei que ora propomos tem por objetivo alterar o parágrafo única da lei 12.972 de julho de 1998, que “Dispõe sobre a declaração de utilidade pública e dá outras providências”, no sentido de incluir no rol das autoridades habilitadas para a assinatura do atestado exigido pelos incisos II, III e IV do artigo 1 da referida norma o Defensor Público.

A norma prever dentre outras autoridades, o Juiz de Direito, o Delegado de Polícia, o Presidente da Câmara e o Promotor de Justiça, não estando previsto a figura do Defensor Público, o que a meu ver, ofende o princípio da simetria, uma vez que, o defensor público também integra o quadro dos órgãos do Poder Judiciário.

Ademais, o acesso aos Defensores Públicos por parte dos dirigentes de associações potencialmente interessadas na obtenção do título de utilidade pública estadual talvez fosse mais facilitado dada a natureza de sua própria função.

Neste sentido, solicito aos meus nobres pares o necessário apoio para a aprovação desta proposição.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Antônio Jorge. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.291/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.475/2018

Altera o art. 2º da Lei nº 18.315, de 6 de agosto de 2009, que estabelece diretrizes para a formulação da Política Estadual Habitacional de Interesse Social – Pehis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica acrescentado ao art. 2º da Lei nº 18.315, de 6 de agosto de 2009, o seguinte inciso XI:

“Art. 2º - (...)

XI - prioridade no desenvolvimento de programas habitacionais para pessoa em situação de rua.”.

Art. 2º - Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de novembro de 2018.

Deputado Cristiano Silveira, presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Justificação: A presente proposição visa a atender os encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação para as Propostas aprovadas na Plenária Final do Fórum Técnico Plano Estadual para a Política da População em Situação de Rua, realizado em 2018 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Direitos Humanos para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.476/2018

Altera o art. 4º da Lei nº 20.846, de 6 de agosto de 2013, que Institui a Política Estadual para a População em Situação de Rua.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado ao art. 4º da Lei nº Lei nº 20.846, de 6 de agosto de 2013, o seguinte inciso IX:

“Art. 4º – (...)

IX – adoção de ações de moradia como primeira etapa da política de atendimento à pessoa em situação de rua.”.

Art. 2º – Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de novembro de 2018.

Deputado Cristiano Silveira, presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Justificação: A presente proposição visa atender os encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação para as propostas aprovadas na Plenária Final do Fórum Técnico Plano Estadual para a Política da População em Situação de Rua, realizado em 2018 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Direitos Humanos para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.477/2018

Altera o art. 6º da Lei nº 19.091, de 30 de julho de 2010, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Habitação - FEH -, criado pela Lei nº 11.830, de 6 de julho de 1995.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica acrescentado ao art. 6º da Lei nº 19.091, de 30 de julho de 2010, o seguinte § 4º:

"Art. 6º - (...)

§ 4º - A pessoa em situação de rua será beneficiária de programas de habitação desenvolvidos por meio do FEH."

Art. 2º - Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de novembro de 2018.

Deputado Cristiano Silveira, presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Justificação: A presente proposição visa a atender os encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação para as propostas aprovadas na Plenária Final do Fórum Técnico Plano Estadual para a Política da População em Situação de Rua, realizado em 2018 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Direitos Humanos para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 11.653/2018, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES –, à Secretaria de Estado de Administração Prisional – Seap –, à Subsecretaria de Vigilância e Proteção à Saúde da SES, à Comissão Carcerária da OAB em Barbacena e à Vara Criminal e de Execuções Criminais da Comarca de Barbacena pedido de providências para que se verifiquem as condições estruturais, sanitárias e higiênicas do presídio de Barbacena, que já apresenta dois casos de tuberculose entre os detentos, com a possibilidade de ocorrência de uma epidemia dentro das instalações, agravada pela superlotação do presídio.

Nº 11.654/2018, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para garantir a participação de representantes da população em situação de rua nas atividades educativas desenvolvidas pelo poder público estadual que abordem temas de interesse dessa população e a participação de seus representantes na elaboração de protocolos e orientações de atendimento a esse público por seus órgãos e entidades; para assegurar que todo evento cultural, artístico, esportivo ou de turismo promovido com recursos públicos proporcione a inclusão dessa população como público, garantindo-lhe um percentual de acesso aos eventos, e priorize, sempre que possível, o emprego da mão de obra da população em situação de rua local; e para alterar o Decreto nº 47.221, de 2017, com vistas à inclusão dessa população como beneficiária do subsídio temporário de que trata o inciso XI do art. 4º da Lei nº 19.091, de 2010.

Nº 11.655/2018, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Defensoria Pública do Estado pedido de providências com vistas a garantir o acesso das pessoas em situação de rua às suas dependências, sem qualquer formalidade discriminatória; implementar núcleos especializados de atendimento a essas pessoas; prover, em todas as suas unidades, os recursos humanos multidisciplinares e materiais necessários ao adequado atendimento a elas; e instalar uma ouvidoria externa para atuar como canal de escuta dessa população, entre outros movimentos sociais.

Nº 11.656/2018, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Estado pedido de providências com vistas a garantir o acesso das pessoas em situação de rua às suas dependências, sem qualquer formalidade discriminatória, implementar núcleos especializados de atendimento a essas pessoas e assegurar que a sua ouvidoria externa atue como canal de escuta da referida população, entre outros movimentos sociais.

Nº 11.657/2018, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça do Estado pedido de providências com vistas a garantir o acesso das pessoas em situação de rua às suas dependências, sem qualquer formalidade discriminatória, e implementar núcleos especializados de atendimento às pessoas nessa situação.

Nº 11.658/2018, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Ministério do Trabalho e Emprego e ao Ministério Público do Trabalho pedido de providências para que sejam adotadas medidas a fim de erradicar a exploração de mão de obra de pessoas em situação de rua e garantir seus direitos trabalhistas e previdenciários.

Nº 11.659/2018, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado às Comissões de Seguridade Social e Família e de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados pedido de providências para que seja apresentado projeto de lei regulamentando a profissão de agente de redução de danos.

Nº 11.660/2018, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências com vistas à criação, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, de equipamentos voltados para pessoas em situação de rua que visem a assegurar a continuidade da saúde, especialmente em caso de alta hospitalar.

Nº 11.661/2018, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Social e ao Conselho Nacional de Assistência Social pedido de providências com vistas à alteração do critério de implantação de centros de referência especializado para população em situação de rua, utilizando-se como referência a demanda e não apenas o porte do município; à criação de dispositivos e serviços específicos de atendimento na lógica da proteção integral às mães, gestantes, puérperas e famílias nessa situação, que possibilitem a permanência das mães e pais com seus bebês e crianças; e à criação, em parceria com o Ministério da Saúde, de equipamentos voltados para essa população que visem a assegurar a continuidade de tratamentos de saúde, especialmente em caso de alta hospitalar, garantindo a locomoção para o tratamento, com acompanhante terapêutico em caso de necessidade, bem como para a ampliação dos equipamentos já existentes.

Nº 11.682/2018, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja, desde logo, definida e amplamente divulgada a data prevista para pagamento do 13º salário aos servidores civis e militares do Estado, que há quatro anos suportam as consequências da ausência de reposição da perda inflacionária das respectivas remunerações, que já alcança o patamar de 25,71%, segundo o IPCA.

Nº 11.684/2018, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Administração Prisional – Seap – pedido de providências para que seja cumprido, de imediato, o termo de colaboração firmado com a Apac de Passos, que depende do repasse trimestral do Estado para oferecer e manter suas atividades institucionais.

Nº 11.686/2018, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Fundação João Pinheiro pedido de providências para que o Sr. Renato Pereira Claus seja transferido para o quadro de pessoal da instituição, pois, apesar da indispensabilidade de suas funções na referida fundação, o servidor encontra-se em exercício na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Nº 11.688/2018, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulada manifestação de apoio à Comissão Pastoral da Terra e ao frei Gilvander Luis Moreira, coordenador dessa comissão no Estado, pelo relevante e histórico trabalho realizado há 40 anos na defesa dos direitos dos povos da terra e das águas no Estado e no País.

Nº 11.689/2018, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Social pedido de providências para que seja realizado o repasse das duas parcelas pendentes de 2017 e de todas as de 2018 do Fundo Nacional de Assistência Social para o Albergue Santo Antônio do Município de São João del-Rei.

Nº 11.690/2018, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público Federal no Estado, à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal pedido de providências com vistas à apuração dos motivos pelos quais não foram repassadas as duas parcelas pendentes de 2017 e todas as de 2018 do Fundo Nacional de Assistência Social para o Albergue Santo Antônio do Município de São João del-Rei.

Nº 11.691/2018, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União pedido de informações consubstanciadas em cópia dos relatórios de auditoria e de inspeção elaborados por esse tribunal que tenham por objeto trechos ferroviários no Estado. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 11.692/2018, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Viação Sidon, em Ibitité, pedido de informações sobre a regularidade e a motivação da instalação de duas roletas, uma sobre a outra, em ônibus que circulam nesse município, conforme relato encaminhado a esse deputado. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 11.693/2018, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 34º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 21/8/2018, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de 102 barras de maconha e uma arma de fogo e na detenção de duas pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 11.694/2018, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Defesa Civil do Estado pedido de providências para que seja realizada uma vistoria técnica na obra de contenção localizada nas proximidades da unidade básica de saúde, no Município de Morro do Pilar, no local onde se pretendia construir uma unidade de pronto atendimento, junto ao antigo hospital. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Comunicações

– É também encaminhada à presidência comunicação da Comissão de Direitos Humanos.

Oradores Inscritos

– O deputado Sargento Rodrigues profere discurso, que será publicado em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 11.653 a 11.661 e 11.688 a 11.690/2018, da Comissão de Direitos Humanos, e 11.682, 11.684 e 11.686/2018, da Comissão de Administração Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pela Comissão de Direitos Humanos – aprovação, na 22ª Reunião Extraordinária, em 21/11/2018, do Relatório de Evento Institucional nº 6/2018, do Comitê de Representação (Ciente. Publique-se.).

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 27, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 27/11/2018.). Levanta-se a reunião.

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO
NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/3/2015**

Às 15h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Felipe Attiê, Antonio Lerin, Fábio de Avelar e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Felipe Attiê, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 274 e 275/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação, e aprovado o Requerimento nº 695/2015, do deputado Antonio Lerin, em que requer seja realizada visita ao presidente da Petrobras para tratar de assuntos relativos a questões contratuais do acordo firmado entre a Gasmig e Petrobras para implantação do gasoduto Betim-Uberaba. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 698/2015, do deputado Antonio Lerin, em que requer seja realizada reunião em Uberaba para discutir, em audiência pública, o projeto de implantação do gasoduto Betim-Uberaba, seus contextos e impactos, em especial no que se refere à planta industrial de amônia;

nº 702/2015, do deputado Antonio Lerin, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Grupo Tércio Wanderley por ocasião dos 90 anos de fundação da empresa.

Em seguida, é aprovado relatório de visita à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, realizada em 17/3/2015, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2015.

Felipe Attiê – presidente – Fábio de Avelar – Dalmo Ribeiro Silva.

RELATÓRIO DE VISITA**Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo****Local visitado: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais****Apresentação**

A requerimento do deputado Antônio Carlos Arantes, a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo visitou, no dia 17/3/2015, às 9h30min, a sede da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede –, localizada na Cidade Administrativa de Minas Gerais, na Rodovia Pref. Américo Gianetti, nº 4.143, Bairro Serra Verde, em Belo Horizonte.

Participaram da visita os deputados Antônio Carlos Arantes, presidente da comissão; Felipe Attiê, vice-presidente da comissão; Fábio de Avelar e Roberto Andrade. A secretaria foi representada pelo titular da pasta, Sr. Altamir Rôso. Representantes de vários órgãos de imprensa acompanharam a visita.

Relato

Na visita, a comissão reforçou a necessidade de promover o desenvolvimento econômico de Minas Gerais, disponibilizando-se para agilizar a tramitação de proposições relevantes à temática do desenvolvimento econômico. Ressaltou a importância do encontro para conhecer o panorama atual da economia mineira.

De acordo com a secretaria, a formulação de uma política de desenvolvimento econômico é condição necessária e essencial ao crescimento sustentável do Estado, para o que deve o Estado elaborar um diagnóstico do cenário produtivo e logístico de Minas Gerais que identifique potencialidades e carências regionais. A Sede considera a indústria o setor produtivo responsável pela dinamização da economia agregada, por seus efeitos multiplicadores na geração de investimentos, riqueza, renda e emprego. Destacou que, para tanto, o Estado precisa planejar a logística de transportes e a matriz energética. Informou também que as gestões que o antecederam priorizaram a dinamização econômica da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, com destaque para o Vetor Norte, em detrimento de um planejamento de indução ao crescimento com base em políticas de desenvolvimento regional que alcançassem todo o Estado.

Por sua vez, a comissão reiterou a necessidade do desenvolvimento e expansão da oferta de energia e da integração de modais de transporte, com ênfase para a implantação de gasodutos e a construção de aeroportos de carga e ramais ferroviários no Estado. Também explicitou sua preocupação com o cenário nacional de guerra fiscal e seus impactos negativos em termos de atração e retenção de investimentos produtivos em território mineiro.

A esse respeito, a secretaria argumentou que o Estado deverá adotar uma política fiscal mais agressiva em termos de atrair e reter tais investimentos. O secretário afirmou preferir ter uma indústria com carga tributária mais baixa a perdê-la para outro Estado. Ressaltou, entretanto, que tal política deverá levar em conta restrições impostas pelo equilíbrio das finanças públicas do Estado, e que estratégias ótimas deverão ser formuladas conjuntamente pela Sede e Secretaria de Fazenda.

As partes debateram ainda a intenção do Governo do Estado de padronizar a análise para a concessão de regimes especiais de tributação – os RETs – e os possíveis impactos que tal medida produziria em termos da atração, retenção ou perda de investimentos produtivos; e sobre a necessidade da formulação de políticas referentes à dinamização da cadeia produtiva do turismo, sobretudo para o turismo de eventos no Estado.

Conclusão

A comissão convidou a Sede para audiência pública na Assembleia Legislativa para retomar o debate sobre o planejamento público para o desenvolvimento econômico do Estado, a ser realizada em breve.

A secretaria se disponibilizou a participar das iniciativas do Poder Legislativo relativas ao desenvolvimento econômico de Minas Gerais.

Sala das Comissões, 24 de março de 2015.

Felipe Attiê, presidente – Fábio de Avelar – Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/6/2015

Às 15h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Nozinho e Roberto Andrade (substituindo o deputado Inácio Franco, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.120/2015, em turno único, do qual designou como relator o deputado Nozinho. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 456 e 773/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.668/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja formulado voto de congratulações com os Srs. Antônio Augusto Junho Anastasia, senador da República, e Carlos Melles, deputado federal, pela conclusão da rodovia Nova Resende-Bom Jesus da Penha e pela recuperação de mais de 500km de rodovias;

nº 1.669/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao governo do Estado pela outorga, em 21/4/2018, da Medalha da Inconfidência ao Sr. Pedro Stédile;

nº 1.670/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado ao Conselho Monetário Nacional – CMN – pedido de providências para a aprovação do aumento do preço mínimo do café arábica para R\$430,00 a saca de 60kg;

nº 1.671/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – Mdic – e ao Conselho Nacional de Política Cafeeira – CDPC – pedido de informações sobre as ações de *marketing* desenvolvidas com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé;

nº 1.677/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para reaproveitar os projetos de associações, entidades e órgãos públicos que se habilitaram em 2014 ao processo de seleção do Fundo Estadual de Café – Fecafé – e que não foram contemplados;

nº 1.678/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – Crea-MG – pedido de providências para a imediata suspensão da proposta de implementação, em 2015, de fiscalização no agronegócio das áreas que incluem o plantio, o imóvel rural e as agroindústrias e da exigência da presença de um responsável técnico;

nº 1.679/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para viabilizar recursos da Lei Orçamentária Anual – LOA –, para o exercício de 2016, com a finalidade de destinar verbas para os parques de exposições e para as sedes dos sindicatos rurais;

nº 1.680/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para priorizar, no programa estruturador Caminhos de Minas, a execução das obras rodoviárias que menciona;

nº 1.681/2015, do deputado Dirceu Ribeiro, em que requer seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para a realização de estudos técnicos com vistas à retomada do programa Bolsa Verde para reestimular a proteção das matas ciliares e das nascentes;

nº 1.685/2015, dos deputados Emidinho Madeira e Fabiano Tolentino, em que requerem seja encaminhado à presidente da República pedido de providências para implementação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Anater –, convidando-se para assinar em conjunto a solicitação todas as assembleias legislativas do País;

nº 1.686/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira e Antonio Lerin, em que requerem seja encaminhado à secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências com vistas à redução do ICMS para a compra de máquinas e equipamentos agrícolas, a exemplo do que fez o Estado de São Paulo;

nº 1.687/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Tony Carlos, Emidinho Madeira e Antonio Lerin, em que requerem seja tornada permanente, no calendário da comissão, a realização anual de audiência pública durante a Expozebu, com o objetivo de discutir as políticas públicas e o desenvolvimento do agronegócio em Minas Gerais;

nº 1.694/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para desburocratizar e agilizar os procedimentos para a construção de barragens e barraginhas no Estado;

nº 1.697/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça pedido de providências para criar mais uma vara de conflitos agrários no Estado, tendo em vista o expressivo aumento de demanda judicial nessa área;

nº 1.698/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja encaminhado ao Comando da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para ampliar o efetivo da corporação destacada ao patrulhamento rural, inclusive por meio de mais viaturas, tendo em vista o crescente aumento do índice de roubos de máquinas, implementos agrícolas e animais, além do aumento da violência física e até da morte de produtores rurais, principalmente nas regiões próximas das divisas de Minas Gerais com outros estados da Federação;

nº 1.699/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para recompor o efetivo das Polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros Militar, principalmente no interior do Estado, onde a carência desses profissionais têm feito crescer a insegurança, a criminalidade e a perda de vidas e de patrimônio;

nº 1.700/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo para debater a proposta do Crea-MG de exigir responsável técnico de todos os empreendimentos agropecuários do Estado;

nº 1.701/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para discutir a implementação da Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA –, instituída pela Lei nº 20.608, de 2013, já regulamentada, que obriga o Estado a comprar no mínimo 30% de gêneros alimentícios para todos os órgãos da administração pública estadual oriundos da agricultura familiar;

nº 1.703/2015, do deputado Paulo Lamac, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Coimbra pedido de informações sobre as razões da paralisação da obra de construção do abatedouro regional do Município de Coimbra, objeto do Termo de Convênio nº 12.187/2010, firmado entre a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Prefeitura Municipal de Coimbra;

nº 1.704/2015, do deputado Paulo Lamac, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre as razões da paralisação da obra de construção do abatedouro regional do Município de Coimbra, objeto do Termo de Convênio nº 12.187/2010, firmado entre a mencionada secretaria e a Prefeitura Municipal de Coimbra;

nº 1.830/2015, dos deputados Emidinho Madeira e Fabiano Tolentino, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que sejam feitas gestões junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento – Mapa – com o objetivo de que seja suspensa a aprovação de requisitos fitossanitários que permitem a importação do café produzido no Peru; e

nº 1.831/2015, dos deputados Fabiano Tolentino e Emidinho Madeira, em que requerem seja encaminhado à presidente da República e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa – pedido de providências para que seja suspensa a aprovação de requisitos fitossanitários que permitem a importação de café produzido no Peru.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação os seguintes requerimentos:

nº 2.092/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja realizada visita à Associação de Produtores do Queijo Canastra – Aprocam –, no Município de São Roque de Minas, para acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas relacionadas à produção artesanal do queijo no Estado e conhecer os entraves que ainda afligem os produtores daquela região;

nº 2.093/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja realizada visita à Associação dos Produtores Artesanais do Queijo Serro – Apaqs –, no Município de Serro, para acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas relacionadas à produção artesanal do queijo no Estado e conhecer os entraves que ainda afligem os produtores daquela região;

nº 2.094/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada visita à Semana Internacional do Café, que será realizada entre os dias 24 e 26 de setembro de 2015, no Expominas, em Belo Horizonte;

nº 2.095/2015, dos deputados Fabiano Tolentino e Nozinho, em que requerem seja encaminhado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa – pedido de providências para o estabelecimento urgente de um marco legal para os queijos artesanais brasileiros, que enfatize a autonomia dos estados na regulação sanitária e no reconhecimento de seus tipos de queijo artesanal, desde que garantidas as diretrizes básicas já expressas na Instrução Normativa nº 30 do Mapa, quais sejam rebanho sadio, boas práticas de fabricação, água tratada e rastreabilidade;

nº 2.096/2015, do deputado Roberto Andrade, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo para debater a extensão rural, o cooperativismo e a agroindústria, na Universidade Federal de Viçosa, no dia 13 de julho de 2015, durante a 86ª Semana do Fazendeiro; e

nº 2.098/2015, do deputado Nozinho, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja realizada a pavimentação do trecho de 4km da estrada que liga o Barracão do Produtor à malha viária do Município de Nova União.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2015.

Fabiano Tolentino, presidente – Inácio Franco – Antonio Carlos Arantes.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 31/10/2018

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, André Quintão, Bonifácio Mourão, Luiz Humberto Carneiro e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Marília Campos e os deputados Dilzon Melo, João Leite, Sargento Rodrigues e Ulysses Gomes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Antônio Sérgio Tonet, procurador-geral de justiça, e Múcio Monteiro da Cunha Magalhães Junior, juiz de direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Betim (10/9/2018); manifestação do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, fisioterapeuta (19/10/2018); e documentos referentes aos Projetos de Lei nºs 5.188 (24/8/2018) e 5.224/2018 (5/9/2018). Comunica também o recebimento de documentos em atenção a pedido de diligência desta comissão referentes aos Projetos de Lei nºs 5.193/2018, apresentados pelo autor; 5.203/2018, apresentados pela autora; e 444/2015 e 5.356/2018, apresentados pelos respectivos autores. A presidência determina a anexação dos documentos aos respectivos projetos. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.652/2017, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Luiz Humberto Carneiro, em virtude de redistribuição. A presidência comunica que será solicitada a reiteração dos requerimentos de diligência referentes aos Projetos de Lei nºs 402, 410, 418, 429, 612, 630, 719, 729, 739, 846, 887, 967, 975, 982, 984, 998, 1.036, 1.114, 1.135, 1.160, 1.206, 1.322, 1.393, 1.410, 1.446, 1.512, 1.539, 1.542, 1.546, 1.556, 1.559, 1.593, 1.611, 1.647, 1.654, 1.665, 1.672, 1.710, 1.728, 1.742, 1.769, 1.806, 1.813, 1.929, 1.950, 1.990, 1.996, 2.001, 2.009, 2.064, 2.106,

2.139, 2.140, 2.172, 2.303, 2.324, 2.330, 2.341, 2.497, 2.573, 2.584, 2.588, 2.687, 2.771, 2.943, 3.094 e 3.144/2015; 3.181, 3.551, 3.642, 3.668, 3.715, 3.790, 3.851, 3.852 e 3.865/2016; 4.006, 4.114, 4.152, 4.178, 4.273, 4.314, 4.467, 4.593, 4.669, 4.735, 4.759, 4.807, 4.834 e 4.867/2017; e 4.922/2018, aos autores; 1.381 e 2.653/2015; 3.638/2016; 4.112 e 4.470/2017 e 4.945/2018, ao secretário de Casa Civil; e 4.643/2017, à Prefeitura Municipal de Pavão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 355/2015 e 5.407/2018 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Sargento Rodrigues, e o Projeto de Lei nº 4.652/2017 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Luiz Humberto Carneiro, ambos aprovados pela comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, dos Projetos de Lei nºs 2.006/2015, em turno único; 438, 515, 781, 1.242/2015 e 3.182/2016 todos no 1º turno, (relator: deputado Bonifácio Mourão); 5.203/2018, em turno único, e 1.585/2015, no 1º turno (relator: deputado Ulysses Gomes, em virtude de redistribuição); 1.357/2015 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro, em virtude de redistribuição); 2.122/2015, no 1º turno (relator: deputado Bonifácio Mourão, em virtude de redistribuição); 3.997/2017 e 5.190 e 5.236/2018, no 1º turno (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição); 5.358/2018, no 1º turno (designado relator o deputado Leonídio Bouças), todos na forma do Substitutivo nº 1; 5.280/2018, no 1º turno (relator: deputado Leonídio Bouças); 5.359 e 5.434/2018, este com a Emenda nº 1, ambos no 1º turno (designado relator o deputado Leonídio Bouças). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade dos Projetos de Lei nºs 1.321/2015 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro, em virtude de redistribuição), 1.362 e 3.058/2015 e 3.699/2016 (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição), 2.088/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão, em virtude de redistribuição), 2.675/2015 (relator: deputado Ulysses Gomes, em virtude de redistribuição) e 3.042/2015 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro), todos no 1º turno. São convertidos em diligência, a requerimento dos relatores, os Projetos de Lei nºs 5.170/2018, em turno único, ao autor; 4.949/2018, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Secretaria de Estado de Saúde, e 5.182/2018, à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Igarapé, ambos no 1º turno (relator: deputado Bonifácio Mourão); e 5.415/2018, no 1º turno, à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Matutina (designado relator o deputado Leonídio Bouças). Os pareceres sobre o Projeto de Lei Complementar nº 24/2015 e sobre os Projetos de Lei nºs 1.824/2015 e 3.283/2016 (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição); 4.976/2018 (designado relator o deputado Leonídio Bouças), no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelos respectivos relatores. O Projeto de Lei nº 4.736/2017 deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação do prazo regimental pelo relator, deputado Leonídio Bouças. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 1.508/2015 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro); 3.782/2016 e 5.204/2018, este na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Bonifácio Mourão); 5.043 e 5.118/2018, este com a Emenda nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças); 5.224/2018, na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição); 5.318, 5.364, 5.366 e 5.414/2018 (designado relator o deputado Leonídio Bouças). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos em que se solicita, nos termos do § 1º do art. 301 do Regimento Interno, aos autores dos Projetos de Lei nºs 5.095, 5.104, 5.106, 5.129, 5.164, 5.173, 5.247, 5.260, 5.264, 5.265, 5.270, 5.290, 5.307, 5.310 e 5.313/2018 e à Secretaria de Estado da Casa Civil e das Relações Institucionais referente ao Projeto de Lei nº 736/2015, que instruem as referidas proposições com a documentação necessária à sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2018.

Leonídio Bouças, presidente – João Magalhães – João Leite – Bonifácio Mourão.

**ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/11/2018**

Às 14h44min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Rosângela Reis e os deputados Doutor Jean Freire e Cristiano Silveira (substituindo o deputado André Quintão, por indicação da liderança do Bloco Minas Melhor), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Isabella Martins do Carmo, superintendente de coordenação do Relacionamento com Agentes Públicos da Companhia Energética de Minas Gerais (20/07/2018); Marinésia Dias da Costa Makatsuru, presidente da Empresa de Construções, Obras, Serviços, Projetos, Transportes e Trânsito de Betim (26/9/2018); e Lílian de Paiva Vieira, técnica administrativa do Procuradoria Regional do Trabalho em Minas Gerais – 3ª Região (29/8/2018); e dos Srs. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil (23/6, 26/7, 27/7, 15/8, 1º/9 e 20/9/2018); Wagner Félix Soares, assessor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais (12/9/2018); Caio Barros Cordeiro, diretor Técnico-Legislativo em exercício da Prefeitura de Belo Horizonte (15/8/2018); José Marques de Lima, presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (29/8/2018); Juarez Pinheiro Coelho Junior, superintendente estadual de Operações de Minas Gerais da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT – Diretoria Regional (29/8/2018); Rodrigo Azevedo Rodrigues, técnico administrativo da Procuradoria Regional do Trabalho em Minas Gerais – 3ª Região (4/8/2018); e Carlos Henrique Silva Santos, chefe de assessoria parlamentar do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (12/9/2018). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relator o deputado mencionado entre parênteses: Propostas de Ação Legislativa nºs 222, 223 e 224/2018, todas em turno único (deputado Doutor Jean Freire). Designa, ainda, como relator da visita ocorrida em 9/8/2018, às 10h15min, ao Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, o deputado Doutor Jean Freire. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 12.836/2018, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos assentamentos de famílias na região da Baixada da Angola e no seu entorno, no Município de Ipaba. Em seguida, é aprovado relatório de visita ao Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, realizada em 9/8/2018, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2018.

Doutor Jean Freire, presidente – Rosângela Reis – Fábio Avelar.

RELATÓRIO DE VISITA**Comissão de Participação Popular****Local visitado: Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas dos Correios, em Belo Horizonte****Apresentação**

A requerimento do deputado Doutor Jean Freire, esta comissão visitou, no dia 9/8/2018, o Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no Município de Belo Horizonte, para verificar, no local, as condições de trabalho dos empregados e trabalhadores terceirizados.

Participaram da visita os deputados Doutor Jean Freire, presidente da Comissão de Participação Popular, e Rogério Correia, 1º-Secretário da Mesa da Assembleia; os representantes da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos Juarez Pinheiro Coelho Júnior, superintendente estadual de Operações de Minas Gerais, Thiago Rocha, gerente do Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas de Belo Horizonte, Sérgio Luiz Guimarães Castro, assessor de Planejamento e Gestão; e os representantes dos empregados Robson Gomes Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Similares do Estado de Minas Gerais, e Pedro Paulo de Abreu Ribeiro, ex-empregado da empresa e ex-dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Similares do Estado de Minas Gerais.

Relato

A visita foi iniciada com a apresentação de dados e informações sobre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. O superintendente estadual de Operações de Minas Gerais, Juarez Pinheiro, afirmou que Minas Gerais possui a melhor qualidade de serviços de correio do País. Apresentou também a visão, a missão e os valores da empresa bem como a alteração do perfil da receita, que está passando da entrega de cartas e folhetos para a de encomendas, adentrando fortemente o segmento concorrencial, já que as encomendas não são monopólio dos Correios e disputam o mercado com empresas multinacionais. Nesse cenário, há uma tendência de crescimento percentual do faturamento da empresa devido ao aumento das compras em lojas virtuais. Por outro lado, com o aumento da concorrência para essas entregas, há pressão sobre os preços e maior exigência por qualidade. Juarez Pinheiro apresentou números globais da empresa, tais como a rede de atendimento (1.926 unidades em Minas Gerais, sendo 130 unidades franqueadas, e 9.815 nos demais estados da Federação), o total de trabalhadores (10.500 funcionários no Estado, sendo 500 funcionários terceirizados), o total da frota de veículos (3.143 veículos e motocicletas no Estado) e o número global de unidades operacionais (190 unidades operacionais em Minas Gerais, sendo que, nos demais estados da Federação, há um total de 1.051 unidades operacionais).

O superintendente abordou ainda o atual prazo de entrega de correspondências/cartas em Minas Gerais, que é de até 5 dias. Após essa afirmativa, Pedro Paulo de Abreu Ribeiro comentou que, anteriormente, o prazo de entrega de correspondências/cartas era de um dia a contar do dia seguinte ao que foi postada, ou seja, de, no máximo, 48 horas, e que essa dilatação dos prazos contribuiu para a piora do atendimento dos Correios, desqualificando-o, pois há casos em que a correspondência, por exemplo, um boleto de pagamento, chega com atraso. Ainda sobre o prazo de entrega de correspondências/cartas em Minas Gerais, Juarez Pinheiro lembrou que o atual prazo de entrega vigora desde 2013, e que o prazo para a entrega de folhetos de candidatos, que são considerados impressos, no período eleitoral, é de até 15 dias.

A apresentação teve continuidade com Thiago Rocha, gerente do Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas de Belo Horizonte, que passou outras informações sobre o trabalho dos centros de tratamento, em especial, o de Belo Horizonte. Segundo ele, são tratados, por dia, 33 milhões de objetos no Brasil, sendo 3,7 milhões no Estado. Os pontos de entrega de correspondências/cartas e encomendas são pulverizados em todos os municípios brasileiros. Há grande diversidade de objetos, com diferentes prazos e condições de entrega, bem como sazonalidade das entregas, como, por exemplo, no período em que ocorrem as ofertas de várias lojas por ocasião da *Black Friday*. Explicou também sobre a logística para a entrega dos Correios, que conta com uma rede postal noturna, composta por 13 linhas aéreas no Brasil, sendo duas em Belo Horizonte, e linhas terrestres, compostas, em sua maioria, por caminhões terceirizados, sendo 294 linhas-tronco nacionais e 1.149 linhas-tronco regionais. Sobre os centros de distribuição, há, no Brasil, 980 centros de distribuição domiciliar e 118 centros de entrega de encomendas. Minas Gerais possui 1.940 agências dos Correios (sendo 936 agências próprias, 5 filatéticas, 13 comerciais, 137 franqueadas e 849 comunitárias, em parceria com prefeituras), 5 centros de tratamento (localizados em Juiz de Fora, Uberaba, Uberlândia, Varginha e Belo Horizonte), entre outros dados. Especificamente sobre o Centro de Tratamento de Belo Horizonte, local onde aconteceu a visita, o início das operações se deu em 23 de junho de 2003. Atualmente, ele possui 728 empregados próprios e 160 terceirizados, o volume de objetos tratados é de 2,5 milhões

de objetos (média de 2017), sendo que 99,36% das entregas se dão no prazo estabelecido. Nesse ponto, a primeira parte da visita foi finalizada para que os presentes pudessem percorrer o pátio de tratamento de cartas e encomendas.

Na segunda fase da visita, os deputados, bem como os representantes dos Correios e do sindicato, percorreram o galpão onde é feito o tratamento das encomendas e conversaram com os trabalhadores. Deve-se observar que não foi permitido fotografar ou filmar as dependências do galpão por questões de segurança. Os deputados Doutor Jean Freire e Rogério Correia conversaram com os trabalhadores da empresa em vários momentos, tanto com os empregados concursados quanto com os terceirizados. Quando perguntados sobre as condições de trabalho, os trabalhadores terceirizados responderam que as condições eram boas, mas percebeu-se que esses trabalhadores não se sentiam à vontade para falar.

Por outro lado, os empregados dos Correios relataram que estavam há três dias sem água nos banheiros. Ressaltaram, inclusive, que a falta de água é comum nas dependências do Centro de Tratamento. Outro empregado relatou que as condições de trabalho estão melhorando, mas que poderiam ser muito melhores, e que o trabalho na rampa de encomendas requer preparo físico. Um terceiro empregado, no entanto, denunciou que as condições de trabalho são deploráveis, que faltam materiais em boas condições, como caixas, e que já aconteceu de um veículo transpaleta elétrica perder o freio dentro do galpão. Sobre as dificuldades, outro empregado citou a falta de água, de material de trabalho, de treinamento adequado dos trabalhadores terceirizados e acrescentou que não há concurso para os Correios desde 2011. Citou que a tendência é a terceirização dos trabalhadores, que possuem contratos com baixa remuneração e condições precárias de trabalho.

No espaço destinado aos veículos, o deputado Doutor Jean Freire conversou com motoristas empregados dos Correios que disseram que a maioria dos motoristas são terceirizados, na proporção aproximada de três trabalhadores terceirizados para cada empregado concursado. Segundo eles, as condições de manutenção dos veículos não são boas, pois há demora no seu conserto e eles estão em mau estado de conservação, em condições muito precárias. Há veículos terceirizados, e seus proprietários estão sem pagamento. Houve também observações quanto à falta de segurança dos motoristas, que são assaltados nas rotas. Por fim, foi relatado o problema do plano de saúde – a operadora de planos privados de assistência à saúde dos Correios é a Postal Saúde –, que, apesar de cobrar altas mensalidades dos empregados, tem oferecido cada vez menos opções de atendimento, uma vez que alguns hospitais da rede particular têm-se descredenciado devido à falta de pagamento por parte da Postal Saúde, segundo acreditam os funcionários.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Similares do Estado de Minas Gerais ressaltou que a empresa está sofrendo um processo deliberado de sucateamento, haja vista as condições de trabalho e a sua precarização, com o aumento da terceirização dos trabalhadores, com vistas à privatização da empresa, que, atualmente, é altamente lucrativa. Ele contestou os dados apresentados pelo superintendente sobre o número de trabalhadores terceirizados. Segundo ele, existe um indicativo de greve e foi agendada assembleia geral da categoria para o dia 14 de agosto de 2018. Além disso, observou que as agências franqueadas são as mais lucrativas, que há uma propensão ao aumento do franqueamento das agências lucrativas e que restará às agências próprias os pontos menos lucrativos, com o objetivo de corroborar a ideia de que a empresa não é lucrativa, oferecendo uma justificativa forjada para a privatização.

Conclusão

A Comissão de Participação Popular, em visita ao Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no Município de Belo Horizonte, no dia 9/8/2018, observou, a partir dos dados apresentados por seus representantes, que a empresa é lucrativa e tem alta demanda, com tendência ao aumento do trabalho de entrega de encomendas. Não obstante, percebeu que há um processo de sucateamento dos Correios com vistas à sua privatização, constatado por meio da visita e do relato de seus empregados e do representante do Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Similares do Estado de Minas Gerais, que afirmou haver aumento do número de trabalhadores terceirizados e da precarização das condições de trabalho.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2018.

Deputado Doutor Jean Freire, relator.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/11/2018

Às 11h52min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, André Quintão, Bonifácio Mourão, Roberto Andrade, Tadeu Martins Leite e Antonio Carlos Arantes (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Dilzon Melo, Gustavo Valadares e João Magalhães. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Retira-se da reunião o deputado Tadeu Martins Leite. O deputado João Magalhães passa a substituir o deputado Isauro Calais, por indicação da liderança do BMM. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, no 1º turno, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 5.456/2018, com a Emenda nº 1, e do Projeto de Lei nº 5.457/2018, na forma do Substitutivo nº 1 (designado relator o deputado Leonídio Bouças). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião de hoje, às 14h30min, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2018.

Leonídio Bouças, presidente – Roberto Andrade – Hely Tarquínio – João Magalhães – Tadeu Martins Leite.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Roberto Andrade, Celinho do Sinttrocel e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/12/2018, às 10 horas, em Viçosa, com a finalidade de, em audiência pública, ouvir o prefeito e os vereadores do Município de Viçosa e receber documento com reivindicações referentes à destinação de recursos de multa pelo abandono de linhas ferroviárias para a recuperação dessas linhas, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2018.

João Leite, presidente.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a Sra. Josana Jacome Bertoldi dos Santos, pelos serviços sociais prestados há vinte anos no Clube de Maior Idade do Município de Ouro Fino (Requerimento nº 11.489/2018, do deputado Missionário Marcio Santiago);

de congratulações com o Cruzeiro Esporte Clube pela conquista do hexacampeonato da Copa do Brasil, após as conquistas de 1993, 1996, 2000, 2003, 2017 e 2018 (Requerimento nº 11.578/2018, do deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com os policiais que menciona, pela rápida e eficiente ação na ocorrência, em 26/8/2018, em Belo Horizonte, em que uma pessoa disparou tiros na área lazer da residência do deputado Alencar da Silveira Jr. e pela investigação desse ato criminoso (Requerimento nº 11.589/2018, do deputado Alencar da Silveira Jr.);

de congratulações com o Sr. Farias Menezes de Oliveira, prefeito de Dionísio, pela realização do mutirão de exames oftalmológicos gratuitos para a população (Requerimento nº 11.631/2018, da Comissão de Saúde).



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/11/2018

O deputado João Leite* – Exmo. Sr. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que preside esta reunião da Assembleia Legislativa, vice-presidente desta Casa, deputada Rosângela Reis, senhores deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos e cidadãos de Minas Gerais que acompanham esta reunião ordinária da Assembleia Legislativa no Plenário, boa tarde.

O presidente, a deputada Rosângela Reis e outros deputados que, há muito tempo, lutam bravamente por melhorias em relação à segurança nas nossas estradas se deparam novamente com a tragédia anunciada em Minas Gerais. O deputado Mourão é um grande lutador da 381, estrada que vai para a sua Valadares, assim como a deputada Rosângela, por conta do Vale do Aço. Terminamos acompanhando esse final de semana, lamentavelmente, o número de mortes nas estradas do nosso estado. O deputado Dalmo sempre brigou pela 290, que passa por Jacutinga, Ouro Fino, Borda da Mata; estrada por onde trafegam imensos caminhões bitréns. Estamos vendo o desastre da chamada rodovia da morte, a 381, abandonada historicamente pelos governos. Pensamos e lembramos do governo do PSDB, do governo Fernando Henrique Cardoso, que duplicou a estrada de Belo Horizonte até São Paulo, mas ficou faltando a duplicação do trecho norte, em direção a Ipatinga, Valadares. Lamentavelmente, passados 16 anos, não recebemos mais obra alguma. O número de mortes e de pessoas sequeladas, nesse final de semana prolongado, foi imoral. E justamente agora estamos nos deparando com uma decisão fundamental no nosso país: a proposta de antecipação da renovação da concessão ferroviária.

Representando a Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, o ilustre deputado Bonifácio Mourão esteve em Governador Valadares para levar o anseio da população do Leste de Minas, que quer mais trens de passageiros. É interessante, deputado Mourão, que o relatório final da nossa comissão, da comissão da Assembleia Legislativa apresentará números muito importantes. A conta que se faz no mundo hoje não é a mesma que é feita no Brasil. “Ah, o transporte ferroviário é inviável porque tem de ser subsidiado!” Como a conta é feita? Quanto custa asfalto? Quanto custam viadutos? Quanto custa colocar material rodante? Aí quando as contas são feitas, dizem que as ferrovias são mais caras, que têm de ser subsidiadas, mas se esquecem de colocar as mortes nessa conta. O Prof. Raimundo Carvalho é defensor das nossas crianças, da educação e da família. O que acontece? Eles têm de colocar a conta das mortes terríveis nas estradas, do prejuízo material nas nossas estradas.

Imaginem, pessoas, jovens estão perdendo a vida nas nossas estradas. As cargas são perdidas nas nossas estradas. Enquanto isso, teimamos em abandonar as ferrovias. Não há um planejamento para trens metropolitanos de passageiros ou de carga em regiões metropolitanas ou em regiões de pequenas distâncias, chamadas *short lines*. Então falta isso, deputado Dalmo Ribeiro Silva, que é de uma região que já teve trem e agora tem que conviver com a única possibilidade, que é a MG-290, que mata, mata. O prejuízo é grande demais.

O deputado Mourão defende, com toda a sua força, mais linhas de trem de passageiros para Governador Valadares. Isso é fundamental porque, se você fosse listar os amigos, as amigas e as famílias que perderam a vida na 381, poderia fazer a conta das perdas que o nosso país e o Estado de Minas Gerais têm tido em razão da ausência total de um modal tão fundamental, que é o modal ferroviário.

Com muito prazer, passo a palavra ao meu líder, Prof. Bonifácio Mourão, pois ele trará um brilho à minha manifestação. Por favor, deputado.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado João Leite, é um prazer muito grande apartear-lo. Como sempre, V. Exa. volta a abordar assunto de extremo interesse para o nosso estado e – por que não dizer? – para o nosso país. Particularmente em Minas Gerais, V. Exa. está abordando um tema extremamente atualizado. Como V. Exa. destacou, dizem que a linha de trem tem que ser subsidiada, no entanto, em relação à parte material, não tem nenhum sentido alguém alegar isso. No caso da linha de Belo Horizonte a Vitória, particularmente da região de Itabira a Vitória, considerando-se que cada locomotiva possui 230 unidades, cada uma com 70t de minério, será que isso dá prejuízo? São tantas e tantas toneladas por dia, exportadas pelo Porto de Tubarão, em Vitória...

V. Exa. aborda bem a questão, mas é preciso ressaltar que essas empresas não podem simplesmente focar em questões materiais. É preciso olhar o lado humano, que V. Exa. aborda. Elas têm de pensar nas vidas que estão sendo perdidas nas estradas paralelas, como a BR-381 Norte, que liga Belo Horizonte a Governador Valadares, que recebeu o nome, lamentavelmente muito justo, de Rodovia da Morte. As pessoas que vão em direção a Belo Horizonte, Valadares e depois de Valadares, seja para Teófilo Otôni, Conselheiro Pena, Mantena, Aimorés etc., praticamente não têm alternativas. De carro ou de ônibus, independentemente do transporte, se pegar essa rodovia, deverá saber que é a Rodovia da Morte. De avião, só há uma empresa, que cobra, muitas vezes, R\$1.800,00 por 40 minutos de voo de Belo Horizonte a Valadares. Ela cobra R\$1.800,00 por uma passagem, porque tem o monopólio. Será possível que não se olha o lado humano, a questão da pessoa humana? Só vale o lado material? Digo isso porque é preciso olhar o lado humano e colocar mais trens de passageiros. Não só um trem noturno entre Belo Horizonte, Valadares e Vitória, mas outros trens transitando pelo País. A notícia que temos é que o único trem de passageiros no Brasil é esse que vai de Belo Horizonte a Vitória. Que vergonha! Lamentável dizer isso!

Por outro lado, V. Exa. tem lutado muito como presidente da Comissão das Ferrovias – e estamos aqui lutando juntos –, mas precisamos olhar essa questão da renovação antecipada de uma concessão que leva 10 anos para vencer. Nessa renovação, é preciso levar em consideração que só olham o interesse regional, o interesse estadual e o interesse do País; esses interesses ficam sempre em primeiro lugar. Não põem em primeiro lugar o interesse das pessoas.

Agradeço muito a V. Exa.

O deputado João Leite* – Muito obrigado, deputado Bonifácio Mourão.

Colegas deputados, por meio da Comissão Pró-ferrovias, enviamos para a ANTT as reivindicações e os interesses de Minas Gerais, mas a nova portaria do governo federal, editada há pouco, atende apenas um dos gargalos de Minas Gerais. De qualquer maneira, ele é importante, pois já se começa a discutir a destinação do dinheiro. Antes, todo o dinheiro de Minas Gerais iria para o Centro-Oeste e para o Contorno Ferroviário da Região Metropolitana de São Paulo, deixando as linhas das cidades da Região Metropolitana de São Paulo para o transporte de passageiros. Agora, aceitaram incluir o ferroanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte, mas ainda falta muita coisa, como o gargalo da Serra do Tigre, que interessa ao deputado Elismar Prado, por exemplo. É por ali que se faz o escoamento de toda a produção de grãos do Triângulo Mineiro, mas a passagem da Serra do Tigre se dá a 19km/h. Ou seja, tem que ser feita outra passagem, e colocamos isso como gargalo.

Da mesma forma, é um gargalo, deputado Carlos Pimenta, a questão do Norte de Minas, onde a ferrovia está abandonada. Temos na região os Projetos Jaíba e Gorutuba, por exemplo, mas, quando se deu a paragem dos caminhões, perdemos as frutas, como

banana, uva, manga, laranja e limão, desses projetos do Norte de Minas, porque a empresa não aceita transportar esses produtos. Ora, a linha que passa por Montes Claros vai até o porto de Salvador. Então, é lamentável que não tenham sido atendidos esses gargalos, especialmente o da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com a construção do anel ferroviário, porque 22 das 34 cidades da região metropolitana já têm linha hoje, ou seja, deputado Cláudio do Mundo Novo, poderíamos voltar com os chamados subúrbios. Com o trem metropolitano, poderíamos ligar Belo Horizonte a Sabará, Nova Lima, Conselheiro Lafaiete, Ouro Preto, Mariana e Ponte Nova; poderíamos fazer o mesmo com um trem que sairia de Divinópolis e chegaria a Sete Lagoas, passando pelo Aeroporto Internacional de Confins. Vejam como estamos perdendo!

Vivemos uma crise? Sim. Minas Gerais vive uma crise? Sim. Mas também temos muitas oportunidades e possibilidades. Não tenho dúvida de que o modal ferroviário alavancaria o crescimento e o desenvolvimento econômico de Minas Gerais. Mas, lamentavelmente, esse governo federal abandonou Minas Gerais; esqueceu-se de Minas Gerais. Se não houvesse esse grito, a situação seria pior. Aliás, devo agradecer aos deputados federais que se juntaram a nós, como os deputados Domingos Sávio, presidente da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, e Fábio Ramalho, vice-presidente daquela casa, com quem estive no Tribunal de Contas da União, que, a propósito, estará nesta Assembleia Legislativa na próxima semana.

Para que se possa fazer a antecipação da renovação da concessão ferroviária, é necessária a autorização do TCU, mas queremos mostrar ao tribunal o prejuízo que Minas Gerais terá com essa antecipação se as regras não foram mudadas. Somos até favoráveis à antecipação, mas o dinheiro tem que ficar em Minas Gerais, para termos novas linhas, novas ligações, e não dependermos apenas das rodovias. Quer dizer, temos a possibilidade do outro modal. Sua Montes Claros, deputado Carlos Pimenta, pode ter perfeitamente um trem de passageiros, um trem noturno de passageiros. Mas hoje a cidade depende da BR-135, em que agora ainda se cobra pedágio: são seis pedágios de R\$6,00 até Montes Claros. É isso o que estamos vivendo: não há possibilidade de o montes-clarense e o norte-mineiro terem a sua ferrovia.

Então, essa é a nossa luta, e não podemos parar. A entrega do relatório final da comissão deverá ser no início de dezembro, mas já levamos uma denúncia ao Tribunal de Contas da União. Já denunciamos ao Tribunal de Contas da União o que estão querendo fazer em Minas Gerais: tirar do Estado o dinheiro que pertence aos mineiros e que poderia ampliar as possibilidades do transporte ferroviário tanto de cargas quanto de passageiros. Nós já entregamos a denúncia e amanhã teremos, na Assembleia Legislativa, a presença do Dr. Fernando Martins, procurador federal. Ele também está ingressando com uma denúncia e com um processo contra o governo federal.

Para finalizar, quero dizer que também temos R\$600.000.000,00 em Minas Gerais para investir nas ferrovias. Esse dinheiro é referente à multa que a Vale do Rio Doce recebeu por conta do abandono de linhas importantes em Minas Gerais, e que eles têm que pagar agora. Não queremos que o governo federal utilize esses R\$600.000.000,00 naquilo que está querendo, nos conflitos urbanos. Ora, depois de 20 anos, deputados Cláudio e Carlos Pimenta, eles já deveriam ter resolvido esses conflitos urbanos, as passagens de nível. Agora querem gastar o dinheiro da multa com aquilo que deveriam ter feito. Não aceitaremos isso. Os R\$600.000.000,00 têm que ser investidos nas ferrovias. Essa será a nossa luta permanente, deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Agradeço a sua paciência, presidente, já que extrapolei o tempo. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta* – Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro, grande colega, grande amigo, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vou abordar dois assuntos. O primeiro deles foi pincelado pelo deputado João Leite, a quem gostaria de cumprimentar por mais essa bandeira que ergue com relação às ferrovias de Minas Gerais. Esse é um problema muito sério e uma grande necessidade. Estamos vendo um trabalho de muitos anos, de décadas, sendo jogado fora. Os trilhos já não atendem mais, as linhas já estão prontas, e o Brasil perde uma grande oportunidade de poder ter esse transporte bem mais barato, bem mais seguro, bem mais tranquilo, e ninguém começa a mexer nisso e ninguém investe. As nossas linhas ferroviárias estão à disposição de pequenos grupos, pequenos em

número, porque são grandes grupos, são multinacionais. A população não está tendo os trens de passageiros tão importantes para a nossa região.

Por outro lado, V. Exa. está absolutamente coberto de razão quanto à BR-135. Ela é uma rodovia que, durante anos, ficou largada. Era a rodovia dos buracos. E, depois de um movimento nesta Casa, do trabalho que fizemos com o então deputado Doutor Viana, por meio de várias paralisações em Buenópolis, em Corinto, em Curvelo, em Bocaiuva, próximo a Montes Claros, conseguimos, depois de muito trabalho, de muito custo, a recuperação da BR-135, e lá se vão mais de 10 anos. Estão iniciando o processo de privatização desta rodovia, num acordo espúrio, num acordo obscuro. A Polícia Rodoviária Federal era quem fiscalizava a BR-135 por mais de 300km e, de repente, colocaram no seu lugar a Polícia Militar. A Polícia Militar está fazendo o seu trabalho numa rodovia federal que já foi privatizada.

Vejam bem, não sei como o senhor governador do Estado fez, na calada da noite, a privatização. Já há a empresa ganhadora do processo licitatório, correu tudo dentro do mais absoluto sigilo. E já começaram as obras. Mas não foram obras para recuperar a BR-135, foram obras de construção de mais cinco postos de pedágio. A única coisa que começou na BR-135 foi a construção dos postos de pedágio. As máquinas já rasgando as montanhas, fazendo ampliação. E acham que ela vai ser duplicada? Coisíssima nenhuma. Eles começaram a implantar os postos de pedágio sem fazer um palmo sequer de duplicação, sem construir a terceira pista nos aclives, sem se preocupar com a sinalização, com a recuperação do piso. Já transcorreram mais de dez anos desde a recuperação dessa BR, que custou R\$1.500.000.000,00 do governo federal, e começaram agora a construir os postos de pedágio. É como se você estivesse construindo uma casa, e começasse a construção pelo telhado. Porque a base que queremos, que precisamos, é a recuperação do piso asfáltico. Pelo menos a terceira pista. Aqui, em Minas Gerais, as privatizações ocorrem sem a participação popular, sem que o povo dê a sua opinião, tudo na calada da noite, nas madrugadas, com os projetos assinados em cima das coxas. E começou o processo de privatização.

É igualzinho à MG-050, pela qual passamos. Ela corta todo o Centro-Oeste de Minas Gerais, passando por cidades importantes como Pará de Minas, Divinópolis, indo até o Sul de Minas. E é uma rodovia que tem 14 anos. Depois de 10 anos, começaram a fazer as pequenas intervenções.

Então é esse o processo que vemos por aí. E o governo ainda tem o descaramento de dizer que quase 3.000km poderão ser privatizados. As coisas no Brasil, aqui em Minas Gerais principalmente, acontecem dessa maneira. E quando a população se revolta, o próprio governo não entende porque a população está revoltada.

Agora mesmo, caro deputado Dalmo Ribeiro Silva, na porta da Assembleia Legislativa, acho que V. Exa., assim como eu, já viu acampamentos aqui de sem-terra, de pessoas que estão insatisfeitas, protestando contra as privatizações, contra isso, contra aquilo. Mas V. Exa. já viu acampamento de prefeito sem prefeitura? Estamos inaugurando hoje uma nova modalidade aqui em Minas: prefeito sem prefeitura. Porque as prefeituras de Minas estão lascadas, elas estão quebradas. O senhor governador conseguiu quebrar mais da metade das prefeituras de Minas Gerais. Prefeito não tem dinheiro para nada, coitado. Não tem dinheiro para fazer qualquer servicinho no seu município. Não tem dinheiro para isso mais não. Não é, Carlão? Os prefeitos não estão pagando a saúde pública, os prefeitos não estão pagando os medicamentos nos postos. E os prefeitos vieram lá do Jequitinhonha para protestar. Cinquenta prefeitos. Coitados, com as faixas nas mãos, já fechando as portas das prefeituras.

Agora, na hora do almoço, em minha casa e assistindo ao noticiário da televisão, ouvi um advogado da Advocacia-Geral do Estado – AGE – dizer assim: “Sei não. Isso aí é movimento político”. Ora, como movimento político? As eleições acabaram e todos os prefeitos que tentaram apoiar os candidatos a deputados praticamente naufragaram, não tinham o que pedir e o que falar ao eleitor. Quem dependeu de prefeito levou bomba nessas eleições. Coitados! E, agora, eles estão aí na porta, pedindo socorro, pedindo à Assembleia para intervir, para nos sensibilizarmos e, no apagar das luzes, o Sr. Governador Fernando Pimentel, pelo menos, repassar um pouco de dinheiro para comprar remédios, para levar um paciente para tratar fora do seu domicílio. Os pacientes com câncer estão

morrendo, não têm sequer um carro para transportá-los nem para transportar os pacientes que precisam fazer hemodiálise. Eles estão nas portas das prefeituras.

Gostaria de sugerir a V. Exa., Dalmo, que convide os prefeitos para entrar na Assembleia. Esses prefeitos de municípios do Jequitinhonha, do Norte de Minas não têm muito costume com chuva. Lá não chove, mas está chovendo aqui, em Belo Horizonte, e até fazendo um friozinho. Então, acho que seria até um gesto humanitário acolhê-los, porque já fizemos o impossível. Eles estão em barraquinhas, acampados na porta da Assembleia Legislativa, e é humilhante, é degradante vermos prefeitos eleitos legitimamente, que estão fazendo o seu trabalho, que estão fazendo das tripas coração para atender os seus municípios, nessa situação. Coitados! Eles estão protestando, e o protesto deles tem de encontrar eco, tem de retumbar aqui dentro da Casa Legislativa, da Assembleia de Minas. Não é possível mais ficarem nessa situação.

Queria pedir ao santo das causas impossíveis – acho que é o Santo Expedito, não é mesmo? – que possa iluminar, Carlão, o seu governador Fernando Pimentel, a fim de que ele possa ter dó, ter pena. O que está acontecendo com Minas Gerais é uma falta de sensibilidade, é uma falta de vergonha, é uma falta de administração. Agora estão pedindo a intervenção federal em Minas Gerais.

Fico até engasgado de tanta raiva com o que estamos vendo acontecer aqui, neste final de 2018. As prefeituras não têm dinheiro para pagar transporte escolar – e, para quem não entende, transporte escolar na roça, na zona rural. A prefeitura tem as escolas municipais, mas também as escolas estaduais e, quando o ônibus do transporte escolar para, entram os alunos da rede municipal e da rede estadual. Aí o Estado faz um convênio com a prefeitura, para que ela possa transportar esses alunos municipais e estaduais, e lhe repassa recursos. No entanto, já tem cinco meses que as prefeituras não recebem esses recursos. Ora, os prefeitos não podem falar: “Você é aluno da rede municipal? Entre para dentro do ônibus. Você é da rede estadual? Então não vai ser transportado”. É uma covardia o que estão fazendo com os nossos alunos das redes estadual e municipal, porque os prefeitos não têm mais de onde tirar dinheiro. Os postos de gasolina não querem mais fornecer gasolina e óleo diesel. Se quebra um ônibus, não têm dinheiro para repor; se fura um pneu, não têm dinheiro para comprar um novo.

Portanto, é isso que estamos vivendo no nosso estado. Em relação ao dinheiro do Fundeb, para pagar professores, os prefeitos não estão recebendo a parte do Estado, e as prefeituras estão sem saber o que fazer. O servidor estadual está recebendo o seu salário parcelado. Agora, a partir de novembro, de dezembro, os servidores municipais também correm o risco de não receber seus recursos. Então, é o caos que se instalou.

Estou muito triste com essa situação. Sou solidário aos senhores e às senhoras prefeitas que vieram aqui. Já fizemos de tudo. Na Comissão de Saúde, da qual sou presidente, fizemos apelo a tudo quanto é tipo de autoridade; estivemos no Ministério Público, no Tribunal de Contas. Todo mundo entende: “Não, deputado, o senhor está certo, é preciso fazer alguma coisa”. Mas não se faz nada. O governo é insensível, o governo está fora da lei. O governo agora quer criar um balaioção – não é um fundão, é um balaioção. Ele quer pegar essas dívidas que têm com as prefeituras, jogar dentro desse balaio e passar de um governo para outro com a promessa de que, quando o governo federal fizer o encontro de contas com o governo do Estado, esse dinheiro preferencialmente será destinado a pagamento das dívidas do Estado com os municípios. Até aí tudo bem, não tenho nada contra o projeto. Já falei, vou estudá-lo, vou analisá-lo. Para mim, é um péssimo projeto, mas pode ser pior ainda se ele não existir e existir a obrigatoriedade de o governo do Estado repassar os recursos do governo federal aos municípios.

Portanto, queria encerrar minha fala dizendo que estamos vendo o silêncio nesta Casa – praticamente ninguém fala nada da dívida do governo do Estado com os municípios. Quero ser solidário aos senhores prefeitos que estão hoje aqui, na Assembleia Legislativa, fazendo esse ato legítimo de reivindicação, e espero que dê algum resultado. O presidente da AMM já esteve com o Sr. Temer, já passou o pedido de intervenção federal em Minas Gerais. Não acredito que o governo federal fará intervenção, mas é mais uma maneira de chamar a atenção da opinião pública.

Ficam aqui nossos protestos, nossa indignação com o que estão fazendo com os prefeitos de Minas Gerais e, pelo menos, nossa esperança de que o governo do Estado, até o dia 1º de janeiro, socorra-os minimamente. O instrumento legal ele tem, votamos aqui o projeto de securitização da dívida. O dinheiro foi votado, é para atender os municípios, e espero – já termino, presidente – que o governo do Estado, pelo menos nesse último fôlego, não cometa um ato insano, mas tenha a mínima responsabilidade, e utilize esse recurso para pagar os prefeitos e as prefeituras de Minas Gerais. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado, caríssimo deputado Dr. Hely. Deputadas, deputados, todos que nos acompanham pela TV Assembleia – vejo alguns prefeitos que estão aqui nas galerias e alguns amigos –, quero fazer uma reflexão, mais uma vez, desta tribuna, a respeito do que tem acontecido com Minas Gerais. Não é possível mais tamanho desrespeito, tamanha irresponsabilidade, tamanho crime que vem ocorrendo por parte do governo do Estado.

Em muitas e muitas oportunidades, ocupei esta tribuna para fazer cobranças ao governo do Estado, e o fiz também por meio de audiências públicas, requerimentos e debates, sempre fazendo cobranças, em primeiro lugar, relativas aos servidores do Estado. Tudo que ele faz é na base do faz de conta. Não paga os salários dos servidores. Paga o que quer, como quer, do jeito que quer. Não paga o salário nem o 13º salário, enfim, não tem o mínimo de respeito com os servidores de Minas Gerais de todas as áreas: educação, saúde, segurança e tantas outras. Já tivemos a oportunidade de receber aqui, na Assembleia, várias categorias de servidores. Todas as vezes em que acompanhamos um servidor aqui, na Casa do povo, ficamos constrangidos, solidários que somos, querendo resolver a questão, mas não conseguimos, pois não temos a caneta, não conseguimos diálogo nem temos o respeito do governo.

Hoje é o pingo d'água. Quando adentrei a Assembleia, pude sentir a apreensão dos prefeitos. Com toda sinceridade, me solidarizei com eles. Fiquei estarelecido, magoado e constrangido ao ver tantos prefeitos chegando do Jequitinhonha e do Mucuri. Eles aguardaram e têm aguardado por muito tempo alguma resposta do governo de Minas. Não houve absolutamente nenhuma resposta. Aqui mesmo na Assembleia, em fevereiro, muitos prefeitos, prefeitas e vereadores estiveram conosco para buscarmos alguma solução, alguma providência, alguma resposta do governo. Todos estiveram conosco, neste Plenário, quando fizemos várias colocações. Encaminhamos ao governo fotografias, notas taquigráficas e falas dos prefeitos, mas nada aconteceu. Depois, os senhores devem estar lembrados, fomos à Cidade Administrativa, que sempre foi o palco, o local de tantas ações, de assinaturas de convênios, de liberações de veículos, de ações importantes para muitos municípios. Lá estivemos, mas não fomos recebidos pelo governador. Ele preferiu se ausentar, sair de Belo Horizonte para cumprir outra agenda de última hora a encarar o prefeito, a olhar nos olhos do prefeito, a ter o mínimo de responsabilidade e de respeito. Enfim, nada tem acontecido.

Como ficamos? Os prefeitos, com certeza, estão preocupados com os seus municípios, pois é lá que as coisas acontecem. Há pendências na saúde, no transporte escolar, no ICMS e no IPVA. Vêm agora os prefeitos, com os quais estamos solidários, demonstrar a insatisfação com este desgoverno que vem afetando todo o Estado de Minas Gerais.

Ontem a situação foi ainda mais longe. O presidente da AMM foi pedir ao presidente da República uma luz, foi buscar a intervenção, pedir a troca do governo, que é irresponsável, incompetente, tem se apropriado de recursos dos municípios, e nada acontece. Se isso tivesse acontecido em cada um dos municípios dos senhores prefeitos, certamente já teriam recebido notificação do Ministério Público por improbidade. Estariam cansados de fazer as suas defesas.

Quero dizer, mais uma vez, como já disse aqui, na semana passada, que a Assembleia não pode se curvar diante dessa situação.

Temos que ser solidários com os prefeitos. Eles estão acampados aqui e queremos chegar ao palácio com eles. Vamos fazer uma caravana e acampar também na casa do governador, no palácio onde ele trabalha. É isto o que está ocorrendo: o prefeito deixa as suas coisas, as suas responsabilidades, os compromissos do dia a dia em seu gabinete. Muitos municípios, hoje, estão funcionando somente em meio expediente, para diminuir o salário dos servidores, para diminuir seus custos; os carros estão parados; o transporte

escolar não pode andar; alunos estão sem aulas; postos de saúde estão sem remédios. Onde vamos parar? O que acontecerá com os municípios? Não é possível continuar com um retrato tão negativo, tão negro da história desta Minas Gerais e das tradições, do respeito por Minas, pela nossa bandeira e pela liberdade, mas nada tem ocorrido.

Quero solidarizar-me com todos os que aqui se encontram. Por diversas vezes, muitos servidores vieram em busca de melhores salários, em busca de seus direitos. Confesso aos senhores e senhoras que, no meu quinto mandato, indo para o sexto, nunca vi um retrato tão triste da história de Minas Gerais, pois os prefeitos, os mais altos mandatários dos municípios, precisam acampar para pedir clemência, para pedir uma solução. Não vai pagar conta, que não pague, mas que tenha compromisso com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Todavia, temos de realizar ações, fazer o que for necessário, acionar a Polícia Federal. O que for possível fazer deve ser feito. O que não pode é os municípios viverem à mercê dessa situação de miserabilidade.

Os municípios estão sofrendo apropriação injusta, que é punida, acima de tudo, pelo Código Penal. Estão se apropriando de recursos de todos os municípios. O IPVA não é deles; a metade é nossa. Quem gera ICMS é o empresário da cidade, é o município que já tem a sua parte legítima para receber, e o transporte escolar está parado. Os ônibus das escolas não têm como ir e vir; as crianças estão perdendo aula.

Caríssimo presidente Dr. Hely, há outras ações maiores: além de não ter o compromisso de dar aos prefeitos o que lhes é de direito, que é o mínimo, não demonstra responsabilidade nem dá resposta alguma. Então, quero dizer a todos os caríssimos prefeitos que estão chegando: sou do Sul de Minas, tenho vivido isso com os prefeitos de lá, converso com eles diariamente, e todos os dias temos uma novidade. E há ainda criatividade: cancela-se tudo; cancelou-se o desfile de Sete de Setembro; não tem mais Natal; não tem mais Carnaval; não tem mais nada; cancela-se tudo para pagar aos servidores. A preocupação dos senhores prefeitos é, acima de tudo, com os servidores, com a comida na mesa deles, com a dignidade de cada um. Mas muitos já estão dispensando 30, 40, 50, 60, 80 servidores.

Tenho acompanhado isso, sim, com muita tristeza. Os prefeitos fizeram um planejamento para quatro anos, um programa correto para seus municípios, com tantas obras, juntamente à câmara municipal, que tem ajudado os prefeitos com o repasse de recursos para a saúde, o transporte escolar, o diesel e o pagamento dos servidores. Então, realmente, a situação me chama a atenção.

E quero fazer aqui um pedido a todos os deputados. Nós não estamos aqui em defesa de bandeira partidária, não. Não temos bandeira! A bandeira é de Minas Gerais; a bandeira é de cada município que temos de ajudar vocês a carregarem, independentemente de zona, de região. Além da nossa solidariedade, vocês merecem respeito, pois deixaram as suas casas, as suas famílias para ficarem aqui mal acomodados. Isso não pode acontecer. É uma atitude desumana, é um desrespeito do governo. E quando resolvemos vir aqui demonstrar a nossa insatisfação, percebemos que, muitas vezes, a insatisfação é demonstrada com atos como esses que vocês estão fazendo. Precisamos fazer um debate, neste momento tão importante, a favor de todos os municípios.

Então, quero me solidarizar com os prefeitos, colocando o nosso gabinete à disposição. Peço ao meu líder Gustavo Valadares, que está aqui, que, por favor, convoque uma reunião com todos os prefeitos para ajudarmos a resolver esse imbróglio. Pelo que conversei com vários prefeitos, eles só vão embora depois de resolvida a questão. E é difícil, porque estamos cobrando há muito tempo.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Quero parabenizá-lo, deputado Dalmo, e dizer que não foi por falta de aviso. O nosso Bloco Verdade e Coerência, bloco de oposição ao governo do PT na Casa, ao longo desses quatro anos de desgoverno petista, alertou para o descumprimento de compromissos constitucionais. Hoje o principal e o pior deles ocorre com os prefeitos, que agora chegaram ao ponto de acampar na porta da Assembleia Legislativa, debaixo de chuva, para passarem dias aqui protestando contra o calote dos repasses obrigatórios. É algo que está na Constituição Federal e está sendo descumprido.

Isso começou lá atrás, quando o governador aprovou, nesta Casa, o sequestro dos depósitos judiciais. Descumpriu, e isso não aconteceu só com os prefeitos, como vem fazendo, mas também com o Tribunal de Justiça, porque havia se comprometido,

quando fez o sequestro dos depósitos judiciais, a deixar 30% do que estava depositado no fundo judiciário. Isso foi aprovado aqui, na Assembleia Legislativa. O que fizeram depois? Depois que isso se tornou lei, arrecadaram e buscaram 100% dos recursos do fundo.

Então, a falta de compromisso não é só com os prefeitos, é com todos. Descumprem com o Judiciário, descumprem com os prefeitos e com os cidadãos mineiros, descumprem com a Assembleia Legislativa, porque o calote com a Assembleia continua. O duodécimo a ser repassado à Assembleia não está em dia, a Assembleia também é credora do governo estadual.

Então, estamos em uma situação horrorosa. É preciso protestar, como já vimos alertando aqui. É preciso haver a união dos prefeitos. Agora, para piorar a situação, trazem à Assembleia Legislativa o projeto de um fundo que se compromete a pagar com recursos que não existem.

Disse um dos maiores tributaristas do País, Sacha Calmon, que quem estiver fazendo planos com dinheiro de compensação da Lei Kandir está perdido, porque esse dinheiro nunca virá. Isso não existe. Então, Srs. Prefeitos, mobilizem-se. Podem ir, de porta em porta, aos 77 gabinetes da Assembleia Legislativa para dizer aos nobres deputados que os senhores são contra a criação desse fundo, porque o problema de vocês não será resolvido por meio desse fundo. O que o governador quer é limpar a barra dele, não a dos senhores, não a dos cidadãos, que estão sem transporte escolar, sem dinheiro para o pagamento das professoras nos seus municípios, sem dinheiro para a saúde. Ele quer resolver o problema dele. Por isso, estaremos aqui, mais uma vez, como sempre estivemos ao longo dos últimos quatro anos, entrincheirados para não deixar que esse projeto prospere. Parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado a V. Exa. Presidente, vou terminar. Peço um minuto para encerrar.

Sempre que encontro prefeitos, vereadores e gestores, costumo dizer “boas-vindas”, mas hoje me permito olhar diretamente nos olhos de cada um dos senhores e lamentar o momento tão difícil que Minas vive, o momento tão difícil que cada município – pequeno, médio ou grande, não interessa – vive. A *cellula mater* da sociedade é o município; é lá que acontecem as coisas. Portanto precisamos reagir. Mais uma vez, faço esse pronunciamento para que todos os deputados possam acompanhar a nossa solidariedade, o nosso abraço, o nosso aperto de mão e dizer que estamos juntos e que, agora, chegou-se ao limite, não há mais o que fazer.

Os senhores estão nesta Casa do povo e não serão despejados, pois esta Casa também é de vocês. Mas o desconforto, a saída dos senhores de cada município traz prejuízos, inquietação e intranquilidade a todos os municípes. Então, mais uma vez quero dizer desse compromisso, dessa responsabilidade que não pode nos faltar para ficarmos com vocês, para estarmos juntos. Também quero, como todos os deputados vão fazer, colocar o meu gabinete à disposição dos senhores. Se precisarem enviar algum *e-mail*, fazer algum contato, estaremos às ordens. Com toda a sinceridade, a vinda de vocês nos machuca, nos deixa tristes, nos deixa solidários. Não vamos deixá-los sozinhos. Vocês terão sim o nosso apoio e a nossa solidariedade frente a essa irresponsabilidade, a essa incompetência, a esse fato criminoso, que tem trazido a todos os municípios mineiros muita tristeza. Essa é umas das páginas mais tristes da história de Minas. Contem conosco. Estamos juntos. Um abraço!

* – Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia* – Presidente deputado Dalmo, deputados, deputadas, bancada da imprensa, senhores e senhoras que estão nas galerias, boa tarde.

Quero cumprimentar os que vieram para a aprovação do projeto dos filhos da colônia. Parabéns pela vitória que tiveram hoje na Assembleia: o projeto foi aprovado por unanimidade dos deputados e deputadas. Quero dizer também a vocês que ficaremos aqui, já que o deputado Dalmo confirmou a votação para a redação final do projeto, que acontecerá daqui a pouco, para que possa ir à sanção do governador Fernando Pimentel.

Sejam bem-vindos à nossa reunião.

Já que tratamos do assunto das colônias na parte da manhã e votaremos o projeto daqui a pouco, permitam-me trazer à tribuna um tema preocupante para o Brasil, sobre o qual falei algumas vezes. Vai se delineando o que se espera de um governo que foi

eleito no Brasil agora, cujas primeiras iniciativas nos deixam muito preocupados. Falo do governo que virá, o governo de Jair Bolsonaro. Não sei se vocês viram hoje, mas, após a nomeação de Castello Branco para a presidência da Petrobras, houve a especulação sobre o destino dessa empresa no Brasil. Aliás, o destino dela é sua extinção, ser vendida e privatizada, infelizmente. A Petrobras nasceu com Getúlio Vargas, que, na época, como um presidente de visão popular, criou os direitos trabalhistas, que, recentemente, Temer e os bolsonaristas ajudaram a enterrar. Agora eles simplesmente falam em terminar também com a Petrobras – repito – iniciada por Getúlio Vargas, presidente popular. Além da Petrobras, ele fundou a Eletrobras; e, depois dessa, a CLT – aliás, foi fundador também da Vale do Rio Doce. Portanto foi um presidente de muita visão nacionalista, que trouxe ao Brasil direitos trabalhistas e pôs as riquezas do Brasil, ou seja, os bens minerais a serem explorados pelo povo brasileiro, com empresas brasileiras. Os neoliberais vão terminando com essas empresas uma a uma. Agora há o triste anúncio da privatização da Petrobras.

Ontem o presidente eleito Jair Bolsonaro simplesmente disse, para quem quis ouvir, que poderá privatizar uma parte da Petrobras. Fiquei curioso por saber qual é a parte da Petrobras que Bolsonaro quer vender e que pôs esse Castello Branco para entregar. Castello Branco foi indicado por Paulo Guedes, que será o ministro de Bolsonaro, e é chamado por ele de ministro da Pasta da Economia. Só que vou me referir a ele como o ministro do entreguismo, pois já se prepara para entregar o Brasil. Bolsonaro é aquele, como vocês se lembram, que bateu continência para a bandeira americana – todos viram essa lastimável cena – e que agora jura que servirá ao presidente americano como um vassalo. Ele já começa a fazer isso acenando com a Petrobras.

Qual é a parte que ele pode vender da Petrobras? Hoje o Castello Branco dá notícia do que pretende. Para ele, a Petrobras deve apenas perfurar, mas não com monopólio porque outras empresas estão ganhando as licitações para a exploração do petróleo, e vender o óleo bruto para as grandes empresas americanas. O que será privatizado é exatamente a parte que dá dinheiro à Petrobras e ao Brasil, que é o refino do petróleo, ou seja, a transformação do petróleo em gasolina e óleo diesel e sua distribuição, o que gera lucro para a empresa e põe o Brasil como grande produtor de diesel e de gasolina. O próprio Brasil seria daqui um tempo – deputado Hely Tarquínio, V. Exa. conhece bem essa razão de defendermos a Petrobras – autônomo na produção de gasolina e diesel. Já estava caminhando para isso. Na época em que a presidenta Dilma foi deposta por um golpe, o Brasil já conseguia produzir 80% do diesel e da gasolina, do combustível usado pelo brasileiro. Atualmente ele produz apenas 60% porque diminuíram a capacidade de refinamento do óleo bruto. Por que fizeram isso? Porque o que interessa, deputado Glaycon, às empresas americanas é vender para o mundo o produto refinado. É como o minério: você leva o minério, que é exportado e volta como aço – e caro. Assim é o óleo bruto do petróleo: você vende o óleo bruto, que volta para o Brasil como gasolina e diesel, a preço do dólar, muito mais caro. A Petrobras é capaz de fazer o refino. No entanto, as empresas americanas não querem que ela o faça porque essa é a parte lucrativa.

Retirar o óleo e vendê-lo não dá o lucro de refiná-lo, de trabalhá-lo. É o que a Petrobras tem *kow-how* para fazer. O Paulo Guedes, o Bolsonaro e o Castello Branco não querem que a Petrobras faça isso mais. Querem apenas – e olhe lá – a venda do óleo bruto, tirando do Brasil a característica de poder produzir o seu próprio combustível, o que lhe dá autonomia. Estrategicamente, isso significa soberania. E ao perder isso, o Brasil perde soberania. Além disso, essa decisão faz com que o preço aumente. O tal do Castello Branco, novo presidente da estatal, acha um atraso falar em política de preço de combustível: “Ah, falar em preço de combustível é atraso! O mercado é que vai manusear, dizer o preço”. E como o mercado trata o preço da gasolina? Através do dólar e do preço internacional. Foi o que causou a greve dos caminhoneiros, quando o diesel e a gasolina passaram a ter aumento diário. E como a Petrobras não tem mais controle, porque ela não faz mais o refino ou o diminuiu muito, fica à mercê do preço internacional e compra das empresas o material refinado a preço de dólar, passando-o para os brasileiros e as brasileiras pagarem. Tudo bem! Parece que o pobre não sofre tanto com o preço do diesel e da gasolina. Mas ele sofre, porque aquilo vai para o preço dos produtos e ao mesmo tempo encarece o frete, causando o que causou, que foi a crise do petróleo, a crise no preço do combustível no Brasil. Agora eles se preparam para entregar e vender toda a parte do refino. Isso significa que o Brasil, no máximo, vai exportar óleo bruto a preço de banana para o capital financeiro e para as empresas americanas.

Essa é a conta do Bolsonaro por ter tido apoio dos Estados Unidos e do grande capital financeiro internacional. Ele entregou essa política ao Paulo Guedes. Não sei se vocês viram a entrevista dele ontem. Ele disse, mais ou menos, com aquele linguajar ignorante, o seguinte: “Eu não entendo nada! Então vou entregar tudo ao Paulo Guedes. É o Paulo Guedes que vai dizer o que será feito. Eu cobro dele! Ele indica quem quiser e faz o que quiser. Ele só não pode errar”. O dia em que o Paulo Guedes errar, ele vai retirá-lo. Só que, quando isso acontecer, o Brasil estará pagando a conta, e a culpa será do Bolsonaro, e não do Paulo Guedes.

Quem é esse Paulo Guedes? Vou explicar para vocês de onde ele veio, qual foi a sua escola. Ele veio da Escola de Chicago, escola norte-americana ultraneoliberal, onde o preço do mercado e o capitalismo ditam tudo. As pessoas não têm importância, a vida não tem importância, o médico cubano não tem importância, o pobre não tem importância. O que tem importância é o mercado. Quem se formava lá era chamado de Chicago Boy em determinado período. Eram os meninos de Chicago, que foram ao Chile na época do golpe militar, na década de 1980, e fizeram a maldita reforma da previdência que acabou com a aposentadoria do povo chileno. E hoje mais da metade dos idosos chilenos não tem onde cair morta, não tem aposentadoria. A outra metade se aposenta com menos da metade do salário mínimo do Chile. Culpa da política dos economistas do grupo Chicago Boys, que criaram essa porcaria que deu ao povo chileno o desgosto de estar hoje no país que tem o maior número de suicídios de idosos do mundo, por falta de aposentadoria. Agora eles farão experiências nefastas aqui, no Brasil. E o Paulo Guedes é o chefe do Chicago Boys aqui, trará para cá a experiência ultraneoliberal. Por isso anunciou que a Petrobras já era. O Bolsonaro e o Paulo Guedes não estão nem aí, farão a venda da empresa.

Essa é a equipe de Chicago Boys que está vindo para cá. Castello Branco também fez mestrado em Chicago, é do Chicago Boys, é *boy* de Chicago. Então, com Bolsonaro, estão agora no comando do entreguismo brasileiro. E não vão entregar só a Petrobras: ele já disse que a luz elétrica também vai ser entregue ao capital financeiro; vai entregar para as grandes empresas internacionais, inclusive para as empresas chinesas. Fala que não gosta de comunista e que os médicos devem ir embora, mas não tem coragem de falar bravo com a China, não. E vai vender para a própria China as nossas hidrelétricas, como as três usinas mineiras da Cemig foram vendidas por Temer. Quero ver ele ser bravo com a China: vai ficar igual a um *poodlezinho*. Ele não é bravo nada, nem ele nem o Chicago Boys – isso para arrumar dinheiro vendendo as nossas hidrelétricas.

Sabem o que significa isso, pessoal? A luz vai aumentar muito, como a gasolina – como expliquei –, que já aumenta com preço diário, porque segue preço de mercado, e do que segue preço de mercado não há controle. Se você não tem controle do Estado sobre o preço, o preço que manda é o dólar, que é caríssimo. Então nesse aspecto nós, o povo brasileiro, teremos muito a perder com o processo de privatização. Este é o primeiro ponto: a instalação de ameaça no Brasil com a vitória do Bolsonaro, que estamos vendo. Ele não disse isso na campanha porque fugiu dos debates, mas tudo privatizará, tudo entregará aos países ricos, em especial aos Estados Unidos, já que – repito, lembrem-se? – bateu continência para a bandeira americana, não para a bandeira brasileira. E agora continua subserviente aos interesses dos Estados Unidos.

Ele entregou um ministério ao Paulo Guedes – não o nosso Paulo Guedes daqui, mas o outro Paulo Guedes –, que se chama ministro do entreguismo. “Entregue o Brasil. Venda as coisas do Brasil a preços absurdamente baixos.” Não se enganem, pois, depois da Petrobras, da Eletrobras e da reforma da Previdência, que vai tirar direitos, também colocarão à venda a Floresta Amazônica e até a água brasileira, tudo sob interesse do capital financeiro norte-americano. São os ultraneoliberais do Chicago Boys. Todos que são formados nessa universidade vêm com a cabeça ultraneoliberal. Entreguem, entreguismo, entreguem o Brasil. Para eles, a nossa nação não tem importância. Esse é o seu primeiro ponto.

O segundo ponto é – não sei se vocês viram – quem o todo-poderoso Moro convidou para a sua equipe. Nada menos que a delegada federal Erika Marena, aquela que errou grosseiramente contra um reitor da Universidade de Santa Catarina, que, injustiçado por denúncias que não se comprovaram, chegou a se suicidar. Ele leva essa senhora para lá. Há quem diz: “No meu governo e no governo Bolsonaro, pode-se errar, não tem problema. Nós é que mandamos, mesmo que o erro de uma pessoa como essa tenha causado morte”. Portanto, ele deu a ela o privilégio de estar em sua equipe, aquela que levou à morte, por injustiça comprovada, um

reitor que não tinha nada a ver com corrupção. Portanto, estão isentos de serem investigados e vão tratar a Justiça brasileira ou a injustiça brasileira como verdade absoluta.

Como não terei tempo de me aprofundar, por fim quero apenas citar o absurdo do que aconteceu com o programa Mais Médicos. Os prefeitos que estão aqui devem estar preocupados com isso também. Muitos municípios, especialmente os mais pobres, não vão ter médicos, porque os cubanos foram expulsos por Bolsonaro e não poderão atender ao povo mais pobre no Brasil e em Minas Gerais. Só em Minas, vamos perder quase 600 médicos, deputado Dalmo. Fui procurado por diversos prefeitos e pelo povo desses municípios dizendo que não terão, Dr. Hely, médicos para tratar exatamente daqueles que mais precisam.

Começa mal o governo Bolsonaro. Teremos muito trabalho, mas estarei na Câmara Federal vigilante, para me opor a qualquer medida, como essas que ele vem tomando, que leva à destruição do nosso Brasil. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 19/11/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 26/11/2018, Alessandra Machado, padrão VL-43, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dilzon Melo;

exonerando Dirlene Cardozo da Silva, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Wilson Batista;

nomeando Dalmes Dutra Cardoso Júnior, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Wilson Batista;

nomeando Maria Geralda Pinto de Lima, padrão VL-43, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dilzon Melo.